

Desenvolvimento Nacional e Fortalecimento do Potencial

Prof. JOSÉ DE ALMEIDA RIOS

INTRODUÇÃO

Ao findar-se o longo período feudal e começar a influência decisiva da era tecnológica com a intensificação da urbanização, várias modificações sofreu o processo de evolução social. A primeira alteração foi o aumento progressivo da população mundial. A segunda, foi a organização dos grupos profissionais de trabalho concomitante com a intensificação da urbanização. A terceira, foi a queda das oligarquias feudais e nobres provocada justamente pela nova classe que se tornava mais forte pelas duas condições inicialmente enunciadas: a classe burguesa. O quarto acontecimento foram as descobertas geográficas, diversificando as matérias-primas, incorporando novos povos e aumento conseqüente da capacidade consumidora. Em quinto lugar verificou-se a expansão de consumo de produtos e bens apenas destinados até então a uma minoria privilegiada. Vigoraram durante muito tempo as regalias a favor de certa classe social e que continuaram a existir sob a forma de uma segregação política e social. Com a queda das oligarquias que se utilizavam do Poder para manter suas regalias e vantagens, começou o povo a sentir que, realmente, de sua decisão dependiam muitas das formas e fontes do Poder Político, justamente o que dominava a favor de um grupo as vantagens e os privilégios, inclusive, no processo educacional e cultural. A antiga tradição de considerar governantes os delegados da divindade, quando se sujeitava o povo a pasmar-se a deslumbrar-se com a maior pompa possível que ostentassem na sua vida e no seu círculo, desmoronou-se lentamente. Não foi estranho a isso a vinda do Cristianismo que demonstrava a encarnação "humana" do próprio Deus. Assim, sentiu-se dentro do homem a consciência de uma sublimidade até então desconhecida. Com a expansão do consumo foi necessário haver maior esmêro e rapidez na fabricação, para o que se encetaram experiências e aperfeiçoamentos dos meios técnicos já existentes. Durante milênios fo-

ram-se acumulando as experiências mecânicas na tendência humana natural do menor esforço muscular. Como bem assinalou Nober Wiener, cada instrumento tem a sua genealogia, pois que se originou da ferramenta de uso corrente. Iniciado o espírito tecnológico, passando por uma era tecnológica, o Estado Liberal que sucedeu vitoriosamente aos governos oligárquicos autoritários como uma ação vigorosa da burguesia dos séculos XVII, XVIII e do início dêste, criou a Tecnologia. Foi realmente a grande conquista da economia liberal na sua curta passagem pela História. Foi a mola mestra da expansão econômica e da satisfação razoável das reivindicações populares partidas dos grupos profissionais organizados. Assim pois, bastava antigamente um simples artesanato para atender a uma clientela privilegiada. Com a aceleração da dinâmica social, aumento populacional, interpenetração de classes, estímulo a trocas comerciais, aperfeiçoamento das técnicas de comunicações e de transportes, conseguiu-se a expansão de mercados ávidos de gozar os bens e serviços colocados à disposição de todos. Sendo aumentada a produtividade, começaram os trabalhadores a captar maior cota do produto da riqueza disponível. Eles mesmos ampliaram o campo de consumidores. As pesquisas e estudos demonstraram que no presente século a produtividade, isto é, a Ciência, a Técnica e a Organização contribuíram com 50 a 70% da formação do produto final, deixando ao capital e ao trabalho, *em conjunto*, a responsabilidade do restante. Já havia condições para que a Economia pudesse realmente ser encarada em benefício de todos, bastando para isto que o Estado tomasse novas decisões e se reestruturasse de acôrdo com a nova condição surgida na sistemática da evolução social. Como sempre, a Tecnologia, seguindo a própria filosofia da persistência da vida humana no planeta, exige a renovação, a inovação e a transformação, fundamentos da Evolução, *com o que, ela, como o Homem, deve sempre criar novos problemas e preparar-se para resolvê-los*. Retirando-se aos homens a iniciativa individual, a liberdade de discutir e debater suas idéias e pensamentos, tenta-se, aliás improficuamente, em nivelar a Cultura. *A satisfação completa, a ausência de luta, a segurança absoluta, a assistência social deformada, fogem ao sentido biológico da própria vida. Totalmente mecanizada a vida do homem, na ordem material, na categoria espiritual, na sentimental e na implantação da perfeição iremos verificar tremendas deformações compensadoras e tendentes à destruição da Humanidade. A volta à barbaria seria uma das alternativas. Eis porque, tôdas as pretendidas filosofia decorrentes visando estrangular a iniciativa e não controlá-la simplesmente, são falsas em sua essência e inautênticas em sua doutrina. Tôdas*

as experiências extremas que politicamente tentam "padronizar e mecanizar" a vida humana não estão construindo realmente um progresso no plano da Evolução senão apenas um progresso no plano do Desenvolvimento. Êste estancará ao ter que atender a expansão imensa da demografia mundial sem possuir contudo a inovação, a modificação, a transformação e a renovação, fundamentos da Evolução. Daí decorreu, pois, a grande transformação política da Democracia Social e, muitas vèzes, da formação do próprio Estado Bem-Estar, onde, sem extremistas, deixa ao indivíduo as iniciativas, controla, disciplina, fiscaliza e aproveita os fatores negativos biológicos irredutíveis do gênero humano, drenando tais impulsos em benefício social. O aumento da riqueza coletiva é indispensável; a sugestão para o cumprimento do dever de trabalhar deve seguir-se àquela determinação da sociedade de humanizar o trabalho. Ao esforço coletivo deve-se retribuir com a mais ampla distribuição da riqueza resultante. A todos deverão ser proporcionadas oportunidades iguais ao se propiciar condições suficientes de estímulo para que na iniciativa própria o indivíduo lute para a posição e situação que julgue justa da sua capacitação, de seu valor e de sua parcela de contribuição ao bem-estar social. Sòmente com tais propósitos deve um Estado procurar intensamento o Desenvolvimento. Contudo, como na Humanidade seja impossível uma uniformidade cultural, contrária inclusive ao sentido mesmo da Evolução, mister se faz conseguir, paralelamente à criação e acumulação de riquezas materiais e espirituais, o sentido de garantia. No mundo econômico de hoje em que a arma específica é a Tecnologia, dela devemos lançar mão para conciliar os objetivos e finalidade de Desenvolvimento com as determinações de Segurança. Sòmente um forte Poder Nacional será capaz de dispensar à Política os argumentos convincentes de garantia. A história do passado em que se dispunha de Poder Militar para "conseguir" riquezas acumuladas por outros povos, repete-se sempre, mas, toma novas características. A Técnica é diversa, as ações são variadas, os métodos mais refinados, o esforço e o desgaste são poupados e as artimanhas se conjugam ora ideologias falsas e utopias enganadoras ora com atos violentos sem guerra declarada. A Política é a continuação da guerra por outros meios, disse Clausewitz.

Assim, vamos tratar do assunto de Desenvolvimento e do fortalecimento do Potencial Nacional, resguardando os princípios fundamentais da filosofia democrática de vida. Esta atinge e interessa as Nações em suas relações entre si, os Estados e os cidadãos e as comunicações que firmam a vida social. Não cons-

titui reg'ime, nem forma, nem sistema de govêrno. E' uma conceituação moral a que se obrigam os entes humanos exaltando o espir'ito de solidariedade como fundamento conclusivo da própria forma de viver dos povos. Nenhuma Nação conseguiu desenvolver-se e evoluir sem a ajuda de outras Nações. Não existe economia introvertida. No caráter e na atitude que ainda regem os grupos humanos na mística de uma nacionalidade que despontou justamente quando se delimitaram as aspirações, os interesses e os objetivos de grupos sociais integrantes em sentimentos sincrônicos, desejos semelhantes, coesos pelas mesmas tradições históricas e irmanados pelo caráter, hábitos de vida e de sentir, harmonizados em uma constância pertinaz de fatos e acontecimentos repetidos pelos anos a fora. Decorre, pois, que uma motivação importante congrega esforços, soma recursos e solidariza nos riscos para cumpr'irem juntos os destinos de cada qual sem que sejam afetados seus deveres para com a Humanidade. Ao visarmos a valorização do gênero humano, na vida material, espiritual e sentimental, devemos outrossim integrá-lo na sociedade universal, enfatizando com vigor a solidariedade, supremo alvo a ser atingido. Nunca, até hoje, qualquer nacionalidade pôde eximir-se de depender de outra na sua faina de produzir e conservar riqueza e bem-estar. Nenhum território conseguiu na industrialização adiantada tôda a gama de matérias-primas de que necessita como potencial aproveitável de seu subsolo. Aquelas que surgiram como grandes Nações só conseguiram tais situações pela oportunidade que lhes proporcionou as fases históricas do emprêgo da fôrça ou do emprêgo desigual dos postulados da economia liberal onde recursos tecnológicos foram utilizados para acumular riquezas, objetivo fundamental da economia. Poder gera Poder, riqueza gera riqueza. E' preciso contudo que, dentro da filosofia da vida democrática, a Economia seja hoje o meio para distribuir ao maior número, senão a todos, o produtos da formação de bens e serviços.

Existe um mínimo contudo que não pode ser desviado do consumo, dado que é suficiente apenas para atender aos requisitos indispensáveis de vivência condigna dentro dos postulados universalmente aceitos de dignificação da pessoa humana. Contudo, outros povos deverão acorrer, autenticados com a filosofia democrática de vida, proporcionando oportunidades para que seja coroado de êxito o esforço coletivo visando e perseguindo a *criação de riquezas para todos*.

E' dentro destas idéias que passamos a tratar do Desenvolvimento e do Fortalecimento do Potencial Nacional.

1.0 — DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA

1.1 — *Desenvolvimento econômico e influência político-partidária.*

Desenvolvimento econômico é o aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho de uma economia, sendo este aumento de produtividade obtido mediante uma expansão da capacidade produtiva maior que o crescimento da força de trabalho.

O ritmo de crescimento de uma economia inteiramente livre, não sujeita a contrôles, inclusive de trustes e poderosos monopólios, tem sempre um limite. Na necessidade imperiosa de um governo atender a empreendimentos de caráter econômico, não sem antes ser verificada a causa dos retraimentos da iniciativa privada, impõe a técnica de Planejamento. Serão, assim, corrigidos as distorções e os desequilíbrios previsíveis atinentes à flexibilidade do mercado, frente a maiores ou menores somas de captações e de inversões de capitais, provocando, inclusive a retração do mercado consumidor. Para acelerar o crescimento é preciso aumentar as inversões, com o que se pode reduzir o consumo, caso os capitais não tenham origem estrangeira. A redução de consumo resulta, pois, em uma redução do ritmo de crescimento. Se reduzirmos o consumo visando aumentar a capitalização e aguarda um maior consumo futuro, poderíamos provocar crise de desemprego e redução do consumo. O Planejamento, pois, procura obter taxa máxima de crescimento adequada à estrutura econômica considerada, *provendo e prevenindo tôdas as conseqüências futuras* das ações indispensáveis à captação de capitais e à seleção dos investimentos. A determinação da taxa, no Planejamento, é de especial importância para que as medidas corretivas tenham eficácia na suportável alteração ou conseqüências a serem sofridas. Por outro lado, a plena ocupação da sociedade de instalações e mão-de-obra já utilizadas permitirá maior disponibilidade de inversão prioritária. A consideração dos prazos, de rentabilidade, da essencialidade e da oportunidade dos investimentos mostra o jôgo eficaz dos fatores disponíveis somente aproveitáveis com o Planejamento.

ARTHUR LEWIS em sua obra *Planejamento Econômico* aponta como primeira etapa para o "Planejamento Econômico" a "estrutura de renda nacional em pleno emprego", a relação com o mecanismo das demandas e com as despesas públicas. Após isto, seguem-se os planos para atuar as ocorrências de escassez e conseguir meios de incrementar a oferta e, enfim, o cálculo para equilibrar tais ações.

O Desenvolvimento Nacional é o objetivo que leva o Estado a encetar uma ação coordenada, sinérgica, proporcionada, racio-

nalizada e equacionada frente aos problemas para conseguir cada vez maior bem-estar para a coletividade, aumentar o Poder Nacional e ampliar concomitantemente o grau de Segurança. A prosperidade e o aumento do Poder Nacional impõem na fase atual da dinâmica social um perfeito conhecimento de todos os fatores favoráveis e desfavoráveis que possam facilitar ou dificultar o desenvolvimento da Nação.

Na conceituação de Poder nunca poderemos deixar de raciocinar dentro da relatividade. Necessita a Nação de Poder e cada vez mais Poder, dada a função *de aplicação contra ou para alguma coisa*, tanto já determinada nos Objetivos Nacionais *Permanentes* como os antagonismos, pressões e obstáculos que se antepuseram na consecução das etapas intermediárias. Por outro lado, estas dificuldades são muitas vêzes imprevisíveis, na natureza e no valor, *Nunca um Poder chega a ser suficiente*. Necessita êle pois, cada vez, maior valorização de suas expressões, mostrando o imperativo de conseguir constantes transformações e mudanças, inclusive com novas características. Estas mudanças constantes de valores novos a serem acrescidos ao Poder decorrem do Fortalecimento do Potencial Nacional. As novas expressões demográficas do Poder necessitam de qualificação, melhor distribuição e formação de mão-de-obra. Os valores já existentes também podem sofrer modificações na sua melhor qualificação. Em tais ações são aplicadas parcelas do Poder. O Poder, pois, gera sempre Poder.

Com o exposto vemos a necessidade de aplicar os recursos frios da Tecnologia, ordenados, coordenados, racionalizados, com ações seletivas, hierarquizadas, prioritárias e determinantes, visando aproveitar ao máximo os recursos e meios disponíveis.

Com países já evoluídos a par de satisfatório desenvolvimento, a ética política contém a atividade político-partidária e atendem ao clamor dos Estadistas que sempre encontram condições de *impor determinações técnicas sobre imposições políticas*. *Ainda aí, vamos encontrar a uniformidade de pontos-de-vista técnicos entre os elementos de poder político, onde uma assessoria técnica influi nas comissões legislativas, levando ao Plenário os elementos decisivos da política técnica*.

No caso dos três poderes independentes e harmônicos, a assessoria técnica está localizada na esfera do poder executivo.

Eis porque ressaltamos a importância da moral dos líderes e das elites inculcando ao povo um sentimento de confiança e de decisão, provocando uma consciente atitude de lutar por um objetivo definido qual seja aquêle do Desenvolvimento. Esta confiança é importante para que o povo dispense a liberdade a seus dirigentes de escolherem os recursos da Tecnologia a serviço

do Planejamento fugindo de assumir responsabilidade de opinar politicamente na escolha do caminho pretensamente acertado.

E' indiscutível, por outro lado, a posição de dependência do sistema financeiro sôbre o econômico. O primeiro deve, por isto mesmo, tomar a fórmula dogmática ditatorial técnica. Não pode ficar ao sabor de critérios governamentais e sim de critérios técnicos. Assim, sempre funcionou a dinâmica financeira das Nações que hoje desfrutam invejável nível de Desenvolvimento Econômico.

Outro ponto importante de sucesso é a formalística institucional rígida da Administração Pública, fugindo inteiramente de atender a influências grupais, individuais e personalistas. A própria atividade funcional deve ter garantias especiais que lhe sejam outorgadas pela institucionalização, se não, por uma forma jurídica específica. Sob o manto de tal estrutura será possível conseguir estabelecer o equacionamento vitorioso de uma Política de desenvolvimento. Outro setor em que pode sustentar uma sólida política de desenvolvimento é quanto à aplicação dos recursos técnicos. Na análise e na crítica conjuntural seleccionam-se os pontos carentes de uma especial pesquisa científica e técnica. A uma Comissão de alto nível será destinada a incumbência de estabelecer a política nacional de pesquisas. O Professor ROBERT SOLOW enfatizando a importância do fator técnico-organização disse o seguinte:

“Se a formação de capital nos Estados Unidos se limitasse à produção de maquinaria, equipamentos e métodos conhecidos, o incremento do produto “per capita” declinaria provavelmente a quase zero, em duas décadas”.

No primeiro número da revista do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico encontramos as seguintes palavras do economista José Pelúcio Ferreira, ao mostrar a responsabilidade do setor público nos países com desenvolvimento retardado:

“O Setor Público como responsável pela elaboração do programa e pela coordenação da sua execução, além da contribuição que deve dar diretamente para sua materialização, deverá, evidentemente, aparelhar-se para exercer, com eficiência, essas funções. A capacitação do Setor Público para a condução do programa de desenvolvimento econômico pode desdobrar-se nos seguintes conjuntos de providências:

1. criação ou organização de um sistema nacional de planejamento que permita ao govêrno utilizar coordenadamente os seus vários instrumentos

— política orçamentária, política tributária, política cambial, política monetária, política salarial etc. — subordinando-os às diretrizes do plano, bem como a conquistar o concurso do setor privado para o cumprimento do programa, no que lhe disser respeito;

2. modernização da máquina administrativa, dando-lhe condições para a execução eficiente de programas de pré-investimentos básicos e de investimentos na ampliação da infra-estrutura econômica do país;

3. aperfeiçoamento constante das instituições econômicas e sociais ajustando-as ao funcionamento de uma sociedade essencialmente dinâmica, como "soem" ser as sociedades dos países de economia madura — permeáveis ao processo e às transformações estruturais que traz em seu bôjo.

Como vimos é da maior importância a ação do govêrno, a atitude dos homens públicos merecendo confiança popular e a participação *do povo na determinação de contribuir para o desenvolvimento.*

2.0 — DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO

Existe e perdura sempre certo grau de desequilíbrio entre desenvolvimento e evolução. É possível, inclusive, conseguir um índice de desenvolvimento aceitável sem que o processo de evolução o acompanhe em condições satisfatórias. O exemplo encontramos na vida social dos povos de evolução retardada onde os gastos com alimentação são muito mais sensíveis do que naqueles com maior índice de evolução social. Poderemos conseguir dar bancas escolares para todos desde que racionalizemos com três turnos as instalações existentes. Conseguiremos, assim, desenvolver o ensino escolar. Mas, como os fundamentos da educação escolar é *informar e formar*, só tornaremos autêntico este último ao conseguirmos a permanência e o contato mais demorado do aluno com a escola e com seu mestre. Ao elevarmos os salários de certas classes profissionais, *ainda pouco evoluídas no sentido da formação*, nenhuma melhora de vida higiênica, educacional e social será proporcionada à família. O dispêndio será dirigido para consumos inadequados, não havendo, inclusive, o sentido de previdência, apanágio dos grupos evoluídos. Por outro lado, a atenção para melhoria das condições técnicas de trabalho, de maior produtividade individual, de interesses pelos assuntos culturais e disposição de solidarismo social não fazem parte do indivíduo que

apenas conseguiu "desenvolvimento" para si próprio. E' bem verdade que o termo "desenvolvimento" tem sido usado para um processo global e integrado, onde se supõe a evolução como substrato do desenvolvimento. Acharnos importante a discriminação dado que verificamos na evolução social dos tempos modernos e, especialmente, a evolução política, a transformação do Estado moderno tentando formar uma classe média volumosa, sem aguardar o processo de evolução que é muito mais lento. Uma taxa "renda per capita" pode aquilatar do desenvolvimento, mas não atesta o grau de evolução indispensável para considerar-se um país desenvolvido. Há necessidade de verificar, da tecnologia prevalente, o grau de higidez populacional, o nível educacional escolar, a utilização dos recursos da vida moderna que denotam consumo satisfatório de aço, cimento, energia, etc. Vemos, assim, que os próprios conceitos utilizados nos favorecem na opinião de considerar as duas categorias: evolução e desenvolvimento. Se bem que as duas demonstrem uma interdependência notória, em princípio, conjunturas específicas e situações especiais determinam a prioridade de investimentos para o desenvolvimento e *uma melhor racionalização dos serviços e instalações mais pròpriamente ligados à evolução.*

2.1 — Consumo e evolução social

Tem o consumo excepcional importância na determinação do povo ao desenvolvimento. A evolução social, com sua excepcional d'âmica e novas características trazidas pela técnica de comunicações, modificou essencialmente a estrutura do Estado, levando-o a lançar mão também da técnica para encaminhar bem o seu dever de orientar e disciplinar a economia, visando corrigir as decisões naturais e aquelas artificiais ligadas a interesses de grupos, nem sempre atendendo aos reais interesses da nacionalidade. Como será possível estabelecer uma política de pesquisas científicas e técnicas visando atender aos reclamos do meio social dos investidores e empresários, se grupos econômicos podem lançar mão de recursos imensos e alterar profundamente as decisões dos consumidores? Esta instabilidade, aumentando os riscos normais dos empreendimentos, poderá deformar a disciplinaçãõ planejada para essencialidades fundamentais de uma Política Nacional inclusive, aquela de Segurança Nacional.

A técnica de propaganda torce o hábito, modifica atitudes, impõe decisões, decide juízos, incide sôbre opiniões, provoca discussões, inova valores, transforma fatôres e pode até modificar o caráter nacional. Não poderia deixar de ter decisiva influência no consumo de bens e serviços, levando a inovações, modificações, transformações e renovações, assim como alterações sensíveis na

linha de produção e de investimentos. Torna-se, pois, de grande dificuldade seguir uma dogmática doutrinária rígida nos diferentes processos de evolução social.

Eis porque, na formação planificada de uma economia, será necessária a análise cuidadosa e a crítica da conjuntura, assim como prévios e freqüentes exames de situação. Tais análises têm que ser tomadas de modo global e uniforme, classificando antagonismos, pressões e obstáculos, como avaliando as disponibilidades das expressões do Poder, adaptando-se então a um objetivo a ser alcançado. No desdobramento das análises, chegaremos aos setores e agregados os mais periféricos e especializados, para, em uma recomposição, chegarmos aos resultados das análises primitivas e globais.

O processo de desenvolvimento tanto se enquadra intimamente com aquêle de evolução social como sofre profundas modificações e alterações específicas, que podem fugir a tôda e qualquer determinação doutrinária clássica. Na economia, então, o fato é incontestável. A conceituação econômica guarda a rigidez de seus postulados como ciência e técnica e sua validade permanece de pé. O que se modificam são os fatores influenciáveis e imprevisíveis ligados ao procedimento humano.

Contudo, o imprevisto e a surpresa são a tônica da evolução social do presente século. *Nada existe de mais particular a cada país, região ou zona do que a fisionomia própria de uma consequência econômica.* A Holanda, grande produtora de manteiga, consome margarina e exporta a sua manteiga. Cada grupo social mundial tem gosto especial para misturas de café de várias procedências. Chamam até pelo nome sugestivo de "bouquet" a tal predileção. Toma-se marcas de café, *formando industrialmente sabores próprios.* A maior dificuldade na exportação de tecidos é acompanhar as tendências de variados grupos estrangeiros.

Enfim, a técnica de propaganda tem grande influência na programação industrial e na preparação do processo de organização empresarial. Na propaganda política, Jean Meynaud chegou a dizer o seguinte: "A propaganda política, na época de hoje, não trata somente de informar o cidadão, mas sim levá-lo a pensar de certa maneira, de não lhe deixar nenhuma oportunidade de evadir-se do círculo no qual pretende fechá-lo (a violação dos espíritos)".

3.0 — DESENVOLVIMENTO E INDÚSTRIA

O Estado através da Política Nacional deverá ter sempre em vista a perseguição e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes. Para isto necessita conseguir cada vez maior Poder

Nacional, aperfeiçoando e valorizando as expressões de poder existente como descobrindo novas fontes aproveitáveis e ainda não consignadas como fatores ativos de ação. Este aproveitamento do que existe nada mais é do que o fortalecimento do Potencial efetivo. Outros recursos existem aproveitáveis em futuro imprevisível conforme as características que possa tomar o processo da evolução social. Na sua Política Nacional deve o Estado conciliar a determinação de desenvolver, com o que consegue cada vez maior grau de bem-estar para a Nação, como, acrescentando novos valores ao Poder Nacional, poderá *dispensar a coletividade nacional maior grau de garantia* na preservação e satisfação das aspirações e interesses nacionais, a despeito de antagonismos, pressões e obstáculos de toda ordem, internos ou externos. Toda Política Nacional engloba, pois, a Política de Segurança Nacional.

No desenvolvimento, a par da necessidade de manter um índice de "renda per capita" acima da taxa demográfica de crescimento, de modo a firmar uma acumulação de capital cada vez maior, é preciso ter sempre presente uma estrutura industrial que atenda a uma processo de industrialização variável, flexível e polimorfo, como sirva de fundamento específico para atender a hipóteses graves de controvérsias que possam admitir um conflito armado. Certas atividades são fundamentais e servem de alicerce a outras atividades. No campo da indústria, por exemplo, *chamamos as indústrias de base*. Estas permitem o aproveitamento direto dos recursos naturais no estado em que são extraídos. Exigem grande quantidade de matérias-primas, assim como, de energia e de transportes. Estes três grupos, mineração, produção de energia e transportes, são denominados indústrias de infra-estrutura.

Excetuadas estas indústrias de infra-estrutura, as *indústrias de base* são as que tratam as matérias-primas naturais, conseguindo produtos essenciais das indústrias de transformações. São as seguintes: indústrias químicas, metalúrgicas e mecânicas. Em cada grupo há atividades de base e há indústrias derivadas. Assim, a produção de celulose é uma indústria de base, mas o papel não, as indústrias de ácidos são básicas, mas a pólvora e explosivos já são um ponto acima da escala de classificação; toda metalurgia de primeira fusão (parte dos minérios e passa pela via líquida) é básica; a fabricação de ligas especiais já não o é (ex. antifricções, ligas leves de alta resistência mecânica ou resistentes à corrosão, aços para ferragens e certos aços especiais); a indústria mecânica de máquinas-ferramentas em geral, de veículos, de material elétrico leve não são básicas, mas sim, derivadas das indústrias pesadas. As chamadas indústrias-chave, derivadas ou dependentes das de base, são indispensáveis ao desenvolvimento industrial de um país e, especialmente, à produção de meios e

recursos técnicos de defesa. São elas: a indústria ótica, de aparelhos de medida, a mecânica de precisão, a de veículos de toda espécie, a de borracha sintética, a de rolamento, a de papel, a de pólvora e explosivos, e de outros produtos intermediários na química orgânica, a de corantes, e de fermentos, etc.

A produção dos três ácidos minerais sulfúrico, azótico e clorídrico é essencial na economia industrial de um país. *Um ponto fraco na economia brasileira e mesmo no sentido de Segurança Nacional é a falta de enxofre. Importamos mais 100 t. dos E.U.A., anualmente.* É a matéria-prima de fabricação do ácido sulfúrico. A fabricação dos dois outros ácidos não apresentam problemas intranponíveis. O ácido azótico retirado do ar atmosférico resulta em uma gama de outros produtos aproveitáveis e indispensáveis: oxigênio, ar líquido, gases etc. O ácido clorídrico tem suas bases na soda e a sua fabricação também envolve uma série de outros produtos de amplo emprêgo na indústria, como hidrogênio, sulfato de sódio etc.

As indústrias químicas e mecânicas de base originam uma imensa quantidade de transformações, matérias-primas e produtos que são a fonte de numerosas utilidades da vida moderna.

Enfim, as indústrias mecânicas e elétricas pesadas são as últimas que se montam num país em curso de industrialização. Exigem capitais vultosos e técnica apurada. Volta Redonda já fabrica peças de 100 t. Prensa hidráulica de 2.000 T. já funciona em São Paulo. A indústria mecânica pesada está cam'nhando bem no país, não se podendo dizer o mesmo da indústria pesada elétrica. Nada sabemos das atividades das firmas Brown Boveri e Siemens Schuckert em S. Paulo.

Assim pois, em uma Política de Desenvolvimento, não se pode deixar de atender ao problema de infra-estrutura fundamental da economia nacional.

4.0 — DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA

O exame metódico numa conjuntura econômica importa na pesquisa e análise dos processos de criação dos montantes da produção referentes a bens e serviços, a sua estrutura e os processos de formação do Produto e a expressão em termos monetários. A análise possibilitaria o reconhecimento dos desequilíbrios, tanto estruturais como conjunturais, firmando a decisão e o equacionamento das ações visando o *acréscimo do produto em caráter extensivo* e aquêle que seria provocado pelo melhor aproveitamento dos fatores de produção. São da ordem de três categorias o campo que prende a atenção do economista: a produção, a renda e o consumo.

Na Produção teríamos que considerar a prevenção do desperdício estabelecendo a racionalização do emprêgo dos fatores visando:

- a) seleção
- b) combinação
- c) ampliação
- d) aglutinação

E o aumento da produtividade (Fortalecer o Potencial) e acrescentando outros valores ao Poder, encetando ações relativas a:

- a) instrução
- b) aquisição
- c) manêjo
- d) manutenção

No mesmo passo seriam removidos os pontos de estrangulamento em tôdas as operações que possam dar lugar à formação de um resultado final, bem ao serviço. Na indústria, a operação começaria na produção ou extração da matéria-prima, beneficiamento, comercialização, transportes, etc., até chegar às mãos do consumidor.

A transferência e importação de fatores de produção na estratégia de sua mobilização e de seu uso.

O contrôle cuidadoso da exportação dos fatores de produção. Enfim, a produtividade levando a uma seleção dos fatores ocupados e os dos bens produzidos, conduzindo a uma melhoria e aperfeiçoamento de equipamentos, mão-de-obra e organização do trabalho na sua máxima eficiência.

Na Renda, conseguir estimular a popupança, para dispor de maiores investimentos e:

- a) seleção dos investimentos, pela natureza, localização e melhor aplicação de recursos;
- b) contenção do processo inflacionário, pela política de crédito e fiscal, impostos, relativo equilíbrio orçamentário e disciplinação da Política financeira;
- c) estímulo à capitalização, máxima para reinvestimentos;
- d) despertar confiança ao capital internacional para concorrer igualmente com o esforço de capitalização e investimentos nacionais;
- e) essencialidade, prioridade, hierarquização, sugestões para investimentos seletivos no plano geral de desenvolvimento;

- f) regularização econômico-financeira das empresas de economia mista;
- g) supressão gradativa das subvenções aos empreendimentos que não apresentem reais fundamentos econômicos indiretos;
- h) fiscalização e controle dos empréstimos e financiamentos a entidades oficiais, tendo representante na administração como fazem as agências internacionais de financiamentos (Estados e Municípios).

No consumo, atender a pressões impostas pela taxa demográfica, defendendo os níveis de consumo "per capita". Trataria da flexibilidade dos suprimentos, da adequação dos níveis e de acompanhar ou persuadir novos hábitos mais consentâneos com a análise levada a efeito na conjuntura e decorrente de um exame de situação. Na indústria de alimentação, por exemplo, ficaria bem mais simplificado o problema de abastecimento e preço, e, especificamente, o aproveitamento racional da produção, quando a matéria-prima se localiza distante dos grandes campos de consumo.

E' muito difícil no país estabelecer uma exatidão rigorosa em qualquer planejamento econômico. Por variados motivos fogem das estatísticas oficiais um sensível volume de bens consumidos ou marginais a qualquer processo de fiscalização e controle. Quase toda a produção industrial, realmente formando dentro de uma gama de produtos gozando evidente monopólio estatal e em benefício de certos grupos econômicos, foge de controles fiscais e estatísticos. Assim, pois, tanto pelo fato acima mencionado como pela tradicional forma de economias circulares e mesmo fechadas, grande parte da produção e do consumo não figura nas estatísticas oficiais. Decorrendo disto, vemos a baixa produção e consumo de manteiga, proteínas animais, produtos agrícolas, açúcar, doces, etc.

Com bastante convicção estamos inclinados a aceitar a tese de que o quadro sombrio brasileiro que conhecemos e expomos ao mundo acerca de subnutrição, baixo nível de produção, estacionamento ou baixa de nível de vida, está equivocado em cerca de 40%.

As distorções da atividade econômica brasileira sob aspecto conjuntural, afirmando dentro de uma forte dinâmica o seu caráter pioneiro e aventureiro, não é melhor nem pior do que o quadro histórico verificado em quase todas as Nações mais desenvolvidas de hoje. Estas Nações e a Humanidade muito deveram aos aventureiros. Resguardados os graus naturais, toda a atividade econômica se ressentida de riscos maiores ou menores. Os grandes monopólios semi-oficiais sempre existiram. Nas insipiências educacionais, em pontos históricos considerados, sempre se serviram os homens públicos das atividades econômicas acobertadas pelo

Estado para se enriquecerem. Acreditamos, pois, que o Brasil "sofre" a sua história. Foi o "sofrimento" aventureiro da história da corrida do petróleo nos Estados Unidos que contribuiu, em boa parcela, para a grandeza daquela Nação.

5.0 — INTEGRAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O Produto Nacional Líquido, tomado como referência, é índice prático e significativo, na base "per capita", para diagnosticar o crescimento, quando há aumento. E' preciso ressaltar que o Produto, e não a Renda, indica crescimento. No cálculo desta entram as relações de trocas que podem resultar de melhorias ocorridas no setor externo. Estas melhorias podem não refletir crescimento na resultante de combinação dos fatores de produção no campo territorial. O aumento do Produto Interno Líquido, real, documentando um desenvolvimento, só se consegue com inovações, transformações e modificações contínuas na estrutura econômica. O fator mais importante desta mobilidade é a Tecnologia. Em salutar entrosamento, combinam-se a ciência aplicada, a técnica e a organização. Duas condições sociais importantes devem estar em cogitação para manter "tênicamente" um Grau de Desenvolvimento Nacional: 1 — grupos sociais dinâmicos que tenham à sua disposição um quadro institucional contínuo e politicamente planejado de pesquisas científicas e técnicas, de modo a permitir um aperfeiçoamento e uma atualização de novas técnicas e métodos de organização; e, visando incentivar "novas frentes" de atividades produtivas, favorecendo, em conseqüência, a formação de capital; 2 — disposição e determinação popular de subtrair ao consumo uma parcela ponderável de sua renda de modo a manter alta a taxa de investimentos, concorrendo assim para ampliar a capacidade dos fatores de produção.

A combinação fundamental para um desenvolvimento econômico é quanto ao progresso tecnológico e a acumulação de capitais. Assim, pois, é preciso "descobrir" as necessidades tecnológicas, ter o plano preestabelecido para atendê-las e saber como levar os empresários a aplicar as inovações, as transformações e as evoluções do processo tecnológico. Quanto à acumulação de capitais, tanto exige a predisposição social, atitude ou caráter propenso à poupança como uma Política adequada para conseguir a captação de capitais e a adequação conjuntural conveniente nos investimentos setoriais. Para se chegar a esta concepção de integração será preciso um trabalho gigantesco de pesquisas, perquirições, informações, a partir de setores amplos e caminhando em desdobramentos periféricos e particularizações, girando sempre em torno da origem e da formação de bens e serviços, das intercor-

relações, das relações, dos fatos sociais e das características de evolução, para que sejam reconhecidos os pontos fracos da formação do produto.

E' da coleta cuidadosa de tais elementos que resulta aquela integração sintética de que falamos. O estudo analítico decorre da disponibilidade das estatísticas e informações e das possibilidades de ir da periferia, dos fenômenos parciais, das amostragens, dos dados, e dos fatos repetidos, levando a que se possa caminhar na concentração e ao mesmo tempo na amplitude do raciocínio, com certa segurança para que seja desvendado o todo, o "universo" econômico. E' dêste universo econômico que devem partir os estudos conjugados para que seja determinada a Política do Desenvolvimento que é a fase suprema da integração. O curioso é que as dificuldades, deformações, anomalias, tropeços e irregularidades das diversas fases e operações da formação dos bens e serviços e sua influência na constituição do "produto", tomam inclusive denominações características das tendências individuais e profissionais do pesquisador. Assim, o economista encontra o "estrangulamento"; o analista e o programista, "o ponto crítico"; na Segurança Nacional encontramos "a pressão ou obstrução" e o sociólogo "a fator negativo". O economista mostra suavemente a condição técnica a ser solicitada para remover o "estrangulamento"; o analista e o programista não estabelecem maior classificação para o assunto deixando o arbítrio de decisão a outrem; a Segurança Nacional que deve "determinar" sôbre a técnica ou pela técnica classifica como "pressão ou obstrução" *que deve ser vencida*. Impõe pois, com mais veemência a ação do Poder. O sociólogo "constata" o "ponto negativo".

Na Segurança Nacional, no seu realismo definido, encontramos a decisão e o imperativo da determinação de ajustar. E' pois, a autoridade na legitimidade de seu poder que age vencendo "obstáculos e pressões", máxime, quando se encontram acessíveis na qualidade e na quantidade (valor) das possibilidades do Poder.

5.1 — O Estudo Setorial

Não podemos dar a amplitude de um estudo setorial, em todos os seus desdobramentos, particularidades, fatores, etc., em um espaço de tempo tão limitado. Contudo, sendo a primeira fase de um caminho divergente longo e múltiplo, com uma série de ramificações e de cujo retôrno conclusivo resultará a visão e a análise do "universo" econômico, fundamento das Diretrizes Políticas, é preciso uma exposição sintética. Por outro lado, será

a mesma trilha a ser seguida nas linhas da programação, onde encontramos o Planejamento e os planos. *E' o trabalho de diagnóstico, com o reconhecimento dos sintomas e a pesquisa etiológica que afirmará e firmará a decisão da terapêutica, com a assistência permanente e as revisões indispensáveis; a biologia social muito se assemelha ao organismo humano.* Em verdade existe somente uma biologia — a social e a individual, intimamente integradas.

“O conhecimento efetivo da situação dos diferentes setores produtivos ou, pelo menos, daqueles considerados de maior importância, é condição essencial para fixar-se corretamente as metas de produção e orientar-se adequadamente após investimentos. E' fácil compreender-se, portanto, a importância dos estudos setoriais para programação econômica”, escreveu José Pelúcio Ferreira, Chefe da Divisão de Estudos Setoriais do BNDE. Alinhou o mencionado autor alguns itens de investigações para focalizar os aspectos relevantes de um setor ou setores no programa de investimentos que são os seguintes:

a) Características históricas do seu desenvolvimento. Responsabilidade dos agentes público e privado, em sua evolução. Papel e contribuição de fatores institucionais e econômicos;

b) Posição no quadro geral de desenvolvimento da economia nacional;

c) Financiamento: origem e processos de captação de recursos para seu desenvolvimento;

d) Estrutura e formas de organização do setor. Características dominantes das unidades componentes.

e) Estrutura e composição do estoque de capital. Características técnicas;

f) Utilização do estoque de capital;

g) Fôrça de trabalho. Capacitação técnica. Produtividade;

h) Outros fatores de produção; características; e

i) Posição do setor no mercado nacional.

(Revista do BNDE-1 — Jan.-março — 1964)

Cada setor possui evidentemente seus desdobramentos e suas categorias a serem investigadas dentro do mesmo espírito de conseguir a integração setorial e seu papel próprio na Política de Desenvolvimento, ao formar nos grupos dos setores que englobam tôdas as atividades da dinâmica social.

6.0 — Regimes Políticos e Desenvolvimento

Qualquer que seja o regime político considerado não pode sofrer alterações profundas a doutrina e a técnica econômicas. A substância da diferenciação nós vamos encontrá-la na "imposição" de certas condições que favorecem a capitalização e a prioridade essencial que se dá ao *sentido coletivo dirigido e forçado de consumo*, nos sistemas totalitários e mesmo ditaduras. Tõda autoridade exerce um poder de coação. Contudo, no regime representativo popular *da vontade livremente expressa pelo voto*, a fõrça da autoridade decorre de uma coação *consentida* e regulada pela vontade de uma maioria através da garantia das leis. Estas disciplinam as relações entre o Estado, seu govõerno e o povo. Êste por delegação de seus legítimos representantes, *estampa nas leis a forma e as condições em que se sujeita a ser coagido*. Verifica-se logo que o Estado foi uma criação jurídica e o govõerno uma forma de autoridade, ambas destinadas a servir ao povo. Nos governos autoritários e especificamente totalitários, o cidadão é obrigado a servir ao Estado como fim e na democracia é o Estado que deve servir aos cidadãos.

Dentro, pois, do contexto da evolução política, o govõerno autoritário ou totalitário é um retrocesso ao Poder do Estado na era feudal que servia apenas aos interesses das oligarquias dominantes. Por outro lado, nos acontecimentos históricos que nos séculos XVIII e XIX reforçaram a tendência do povo de ser a fonte autêntica de poder político, foram firmados fatos marcantes de uma evolução e renovação sociais, com o fortalecimento de uma classe produtora de bens: a burguezia. Em realidade, a escola liberal econômica firmou-se no século XVIII, na França, com os fisiocratas. Tomou amplitude e adeptos com Adam Smith, Malthus, Ricardo e Stuart-Mill, na Inglaterra e Say, na França. A idéia dos fisiocratas partia de idéias pré-industriais e enfatizavam as atividades agrícolas. A escola clássica foi Adam Smith (1723-1790). Era o principio da inteira liberdade individual de iniciativa, dando ao autor clássico citado a oportunidade de proclamar a eficácia da divisão de trabalho que tem a "virtude de aumentar a produtividade total de maneira maravilhosa". Contudo, na sua própria escola, apareceram as considerações pessimistas de Malthus e Ricardo (1766-1836) e (1772-1823) respectivamente. O primeiro dizia que a população tenderia a aumentar mãis depressa do que as subsistências necessárias a sua manutenção (leis de Malthus). Ricardo acreditava que os proprietários do solo tenderiam a enriquecer-se cada vez mais em detrimento das outras classes da nação (leis de Ricardo). Os salários e os lucros ten-

deriam a aumentar, às expensas uns dos outros; os lucros baixariam e a indústria se estagnaria. Era o futuro desolador previsto pela ciência econômica da época. Ela é, verdadeiramente, uma ciência da desgraça, escrevia Carlyle. Foi com Stuart-Mill, apesar de enaltecer o individualismo e a inteira liberdade da iniciativa privada, sem freios, sem disciplina, sem controle e sem fiscalização ao sabor da atitude expectante do Estado e a intervenção de Augusto Comte e o Saint-Simonismo, que se iniciou a ação do Estado na direção das atividades econômicas. U'a multidão de opositores surgiu a combater as idéias liberais, sendo de ressaltar aquelas de Wagner, com a *relatividade e a mobilidade* do meio social se contrapondo ao duplo caráter de *permanência e universidade* da escola econômica clássica. Dizia êle: "A propriedade privada e o salariado nem sempre existiram e nem sempre existirão sob a forma que hoje conhecemos, pois a lei por excelência é a da evolução". As medidas legislativas devem, pois, também, variar no tempo e no espaço, para ajustar-se às necessidades de cada povo, dizia Wagner. Estava prevista a Democracia Social no século seguinte.

Contudo, a voz mais violenta contra o sistema econômico liberal partiu de Carl Marx que com seu companheiro Engels foi justamente refugiar-se na pátria do liberalismo econômico, a Inglaterra, em meados do Século XIX. Estava tão forte o liberalismo, que o Estado liberal se dava ao desprante de acolher o seu mais ferrenho inimigo, escorraçado do continente.

A economia liberal da Inglaterra era excepcionalmente auxiliada pelo mundo inteiro. Do Brasil, através de seus tratados com Portugal e, especificamente, o tratado de Methuen, de 1703, haviam sido drenados um milhão de quilos de ouro ou um terço da quantidade mundial existente. Mas, como o mercado se expandia, em virtude de terem-se combinado as seis condições citadas por ELLUL em sua obra *La Tecnologia au l'enjeu do XX^e Siècle*, construiu o liberalismo a Tecnologia. Com esta tomou novo sentido a ciência econômica na direção do Desenvolvimento e houve possibilidade de estruturar as bases do Estado Democrático. Felizmente, para a Humanidade, foram mais ou menos concomitantes as declarações dos direitos da pessoa humana, de Voltaire, em 1781, e a Revolução Francesa que deslocou a nobreza feudal dos favores e privilégios da posse e gozo de certos bens e serviços.

Contudo, a Tecnologia serviu durante muitos anos e ainda serve para favorecer a certo grupo de nações que gozaram dos benefícios do liberalismo e, em consequência, da aquisição dos va-

lores tecnológicos. Ainda vigorou muito intensamente o liberalismo nas relações internacionais, mas, com vantagens inegáveis para os que possuíam a Tecnologia.

No entanto, hoje, apesar de tudo, estão todos compreendendo o exato significado da filosofia democrática de vida. Por razões que não nos importam discutir, já se nota certa tendência de igualdade de nações, grandes e pequenas, de acordo com as teses ardorosamente definidas por Ruy Barbosa na Córte de Haya, em 1907.

O Estado Moderno Democrático tomou a seu cargo uma série de medidas e iniciativas tendentes a "humanizar" a economia. À medida que cresceu o organismo econômico em profundidade, extensão e complexidade, pôs-se logo a necessidade de regulamentar melhor a sua atividade. A expansão dos transportes e comunicações, o amplo emprêgo da energia, a ação importante da técnica de propaganda, o gigantismo de grandes empresas econômicas, a importância da educação no setor da produtividade, o aumento populacional etc., trouxeram a mais ampla responsabilidade do Estado na regulamentação, na fiscalização, no controle, na suplementação e no atendimento dos interesses e necessidades coletivos. O Estado tem obrigação de estabelecer um clima favorável de progresso e de desenvolvimento.

Assim sendo, tem que conseguir os meios necessários e indispensáveis para levantar o quadro universal da economia e fundamentar a Política Nacional. Atuando assim, não poderá deixar de conciliar a necessidade de aumentar cada vez mais o grau de bem-estar da nação e ao mesmo tempo proporcionar a máxima garantia. No primeiro caso, cuidará de uma Política de Desenvolvimento e no segundo, da Política de Segurança Nacional.

A Economia que foi a ciência da riqueza de alguns e a ciência da miséria e da desgraça, segundo Carlyle, é hoje a ciência da prosperidade dos povos, do progresso, da evolução e da paz social. Na função de governar, que é a Arte e Técnica de equacionar problemas, ela é sustentáculo do Planejamento, base fundamental da racionalização de ações, possibilitando, determinando, provendo, prevendo, controlando e fiscalizando. E' na conjugação de Economia e Planejamento que nascem as Diretrizes para o Desenvolvimento dos povos, cada vez mais exigentes na sua demanda de maior bem-estar.

Nas mãos da Economia, da Ciência e da Tecnologia e do Planejamento está o destino das multidões que lotarão o planeta nos anos vindouros.

ANEXO 1

BRASIL

IMPORTAÇÃO DE MINERAIS E PETRÓLEO

1963

Produtos	T	US\$ 1.000
Alumínio e suas ligas	26.273	13.502
Amianto	20.206	4.323
Carvão betuminoso	572.209	8.755
Carvão de Pedra	293.276	4.850
Cassiterita	2.989	6.810
Chumbo	15.789	2.934
Cobre	48.643	33.638
Fosfatos naturais	205.454	3.718
Salitre	51.296	2.188
Zinco	39.351	10.027
Outros	793.771	57.233
Adubos minerais e químicos	462.087	23.866
Inseticidas e semelhantes	8.030	7.884
Subtotal	2.539.374	179.726
Óleo cru	10.374.467	176.056
Derivados do petróleo	822.026	42.080
Total	13.735.867	398.162

IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

Produtos	T	US\$ 1.000
Azeite de oliveira	5.190	4.490
Bacalhau	29.779	16.731
Frutas	75.582	15.275
Malte	50.006	9.526
Trigo em grão	2.175.629	164.008
Outros	150.550	40.633
Total	2.486.736	250.663

ANEXO 2

PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO POR UNIDADE ÁREA PLANTADA

1947—1961

Discriminação	Rendimento médio (kg/ha)		Índice 1947-1951 100
	1947-1951	1957-1961	
<i>I — Mercado Interno</i>			
1. Alimentos			
Cana de açúcar	38.439	41.921	109
Milho	1.273	1.287	101
Arroz	1.582	1.598	101
Trigo	753	593	80
Mandioca	13.098	13.117	100
Feijão	686	681	99
Batata-inglesa	4.790	5.432	115
Laranja (frutos/ha)	15.246	15.309	100
Banana (cachos/ha)	28.980	28.040	97
Amendoim	1.002	1.331	133
2. Matérias-primas			
Algodão	434	498	115
Fumo	786	779	100
<i>II — Mercado Externo</i>			
Cacau	464	374	81
Café	406	749	187
Mamona	810	852	105

Produtividade em alguns países:

Milho	E. U. A.	2.200 quilos
Milho	Argentina	1.690 quilos
Milho	Chile	1.795 quilos
Batata	Holanda	29.000 quilos
Batata	Irlanda	24.000 quilos
Batata	Argentina	7.000 quilos
Batata	E. U. A.	19.000 quilos
Feijão	Libano	1.300 quilos
Feijão	E. U. A.	1.100 quilos
Feijão	Chile	915 quilos
Feijão	Argentina	880 quilos
Arroz	Espanha	5.000 quilos
Arroz	Austrália	5.000 quilos

Fonte: 1 Encontro de Técnicos em Agricultura — Campinas — Agosto — 1964.

ANEXO 3

CONTRIBUIÇÃO DA TÉCNICA-ORGANIZAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

(Professor Aukrust — período — 1900 — 1955)

Noruega

Aumento de capital	5,6% — anual
Aumento de trabalho	0,6% — anual
Taxa de progresso econômico	3,4% — anual

Distribuição da taxa de progresso

Contribuição do capital	1,12% — anual
Contribuição do trabalho	0,48% — anual
Contribuição técnica e organização	1,81% — anual
Total	3,39

Inglaterra — 1948 — 1954 — (Comissão econômica)

Incremento do produto industrial — M£ 1948 —	
Contribuição do trabalho	£ 314,8
Contribuição do capital	£ 311,9
Contribuição técnica-organização	£ 553,6

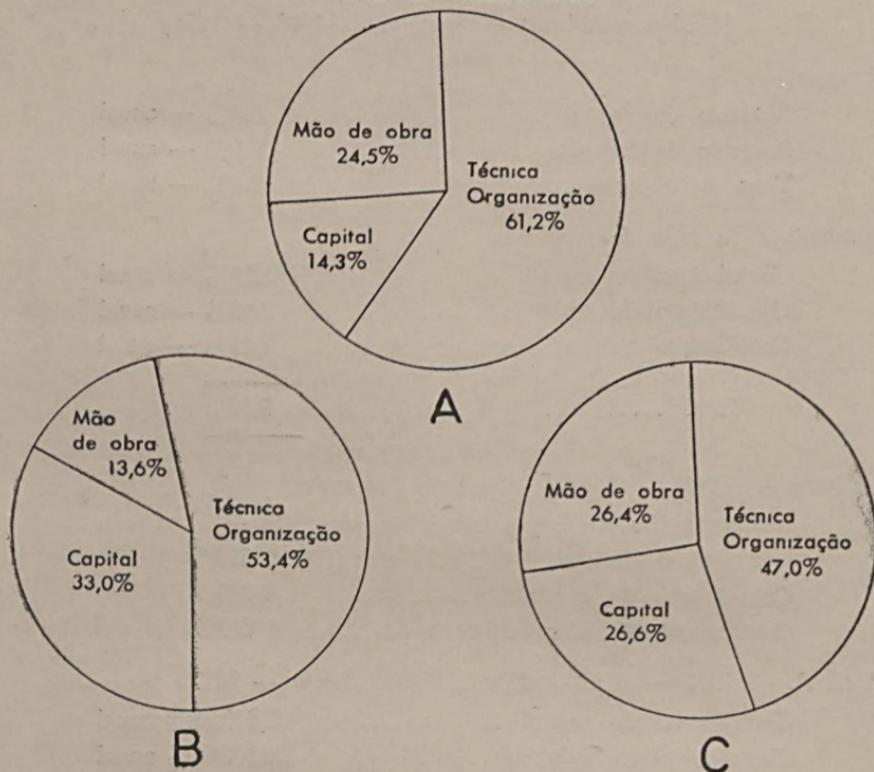
E. U. A. — 1900 — 1949 — (Prof. Robert Solow — MIT)

Contribuição do capital	US\$ 0,35% anual
Contribuição do trabalho	US\$ 0,65% anual
Contribuição técnica-organização	US\$ 1,5 % anual

Observação importante. — Para o progresso e o desenvolvimento teve influência destacada a *técnica-organização sobre capital-trabalho juntos*. Segundo o Prof. Solow, não havendo constante acréscimo de novas técnicas na indústria norte americana, em duas décadas a "renda per capita" descerá a quase "0".

E.U.A.

FATORES DE PRODUTIVIDADE



Fontes — Prof. Aukrust — Noruega. Prof. Robert Solow — MIT. E.U.A. Inglaterra — Comissão de economistas — José de Almeida Rios — Da Conferência «Desenvolvimento e Fortalecimento do Potencial Nacional. — ADESG — 1964

ANEXO 5

INFLUÊNCIA DA TÉCNICA — ORGANIZAÇÃO NA PRODUÇÃO

O Professor Arkrust, da Noruega, fez pesquisas de 1900 a 1950 para verificar os fatores de produção e a influência de cada um na formação do produto final. Para cada 1% de capital houve 0,20 de aumento do produto. Para cada 1% de aumento de mão-de-obra, houve 0,76 de aumento do produto.

Para um aumento anual de capital de $5,6\% \times 0,20 = 1,12$

Para um aumento de mão-de-obra de $0,6 \times 0,76 = 0,46$

A técnica e organização contribuiu com ... = 1,81

A taxa econômica de crescimento foi de ... = 3,4

O Professor Robert Solw, nos EE.UU. fez as mesmas pesquisas chegando a resultados aproximados, assim:

O capital contribuiu com 0,35

A mão-de-obra com 0,60

A Técnica e Organização 1,50

(1900 a 1949) (MIT) 2,45

Na Inglaterra, uma Comissão de Economistas fez o mesmo estudo de 1948 a 1954:

O capital contribuiu com £ 311,9

A mão-de-obra com £ 314,8

A Técnica-Organização £ 553,6

ANEXO 6

BRASIL

A QUALIFICAÇÃO POPULACIONAL E O PROGRESSO ECONÔMICO

Renda "per capita" — (1960) — Cr\$ 1.000

Brasil = 27,3

Estados

Percentagem de anal-
fabetos — população
maior de 5 anos
(1950)

Amazonas	18,1	63%
Pará	15,2	58%
Maranhão	9,1	78%
Piauí	7,6	78%
Ceará	11,9	73%
Paraíba	14,3	75%
Rio Grande do Norte	15,0	72%
Pernambuco	15,9	73%
Alagoas	13,5	80%
Sergipe	14,5	71%
Bahia	14,9	73%
Minas Gerais	19,1	62%
Espírito Santo	17,2	59%
Rio de Janeiro	25,5	50%
Guanabara	82,3	20%
São Paulo	47,4	41%
Paraná	29,9	54%
Santa Catarina	23,9	43%
Rio Grande do Sul	32,1	41%
Mato Grosso	21,0	56%
Goiás	14,5	72%

ANEXO 7

QUALIFICAÇÃO POPULACIONAL E PROGRESSO ECONÓMICO

A RENDA SOCIAL PELO EDUCAÇÃO

Renda social gerada no período de vida útil pelas categorias de ensino (cruzeiros de 1959 — milhões):

Analfabeto	2,2
Curso primário completo	9,2
Curso secundário completo	14,0
Curso superior	40,0
Curso de pós-graduação	72,0

Salários recebidos no período de vida útil

Sem escolaridade	1,4
Curso primário completo	4,4
Curso secundário completo	6,8
Curso superior completo	9,8
Curso de pós-graduação	11,7

Recuperação dos custos sociais e dos custos diretos

Curso elementar completo — custo social — 10 meses	
Curso médio completo — custo social — 12 meses	
Curso médio completo com salários-diretos — 3 anos	
Curso superior completo — custo social — 3 anos e 4 meses	
Curso superior completo com salários-diretos — 3 anos	
Curso pós-graduação — custo social — 1 ano	
Curso pós-graduação com salários-diretos — 4 anos	

Nota importante — No custo social entra a contribuição da sociedade e da falta da renda do trabalho.

Pesquisas e cálculo semelhante nos E. U. A.

	US\$	Índice
1) Não escolarizados	58.000	100
2) 1-4 anos (escolaridade)	72.000	124
3) 5-7 anos	93.000	160
4) 8 anos (ensino elementar)	116.000	200
5) 9-11 anos (curso médio)	135.000	233
6) 12 anos (curso médio completo) ..	165.000	284
7) 13-15 anos (curso superior)	190.000	328
8) 16 anos (curso superior completo)	268.000	462
Média ponderada	115.000	195

Fontes: "American Sociological Review" jun — 1956 — pág. 307 — Slick and Müller. CAPES "Formação de Pessoal de Nível Superior e Desenvolvimento Econômico — 1960. Seminário de Ensino Superior, Chicago, 1960 — janeiro.

ANEXO 8

PRODUTIVIDADE NA AGRICULTURA

Em países desenvolvidos é comum haver 200 agrônomos veterinários por 10.000 pessoas ocupadas na agricultura.

Número de técnico-agricola por número de estabelecimentos

São Paulo	1 —	548
Argentina	1 —	1.140
Chile	1 —	1.920
México	1 —	1.870
Inglaterra	1 —	256
Dinamarca	1 —	350
Noruega	1 —	450

Aluguns Estados Norte-Americanos

Califórnia	1 —	225
Montana	1 —	832
Indiana	1 —	573

(Reunião dos técnicos agrícolas — Campinas — SP. — Agosto — 1964).

Relação entre número de trabalhadores agrícolas e população

E. U. A.	1/26	pessoas
Inglaterra	1/23	pessoas
Dinamarca	1/17	pessoas
Alemanha Ocidental	1/9	pessoas
França	1/8	pessoas
Itália	1/7	pessoas
Brasil	1/5	pessoas

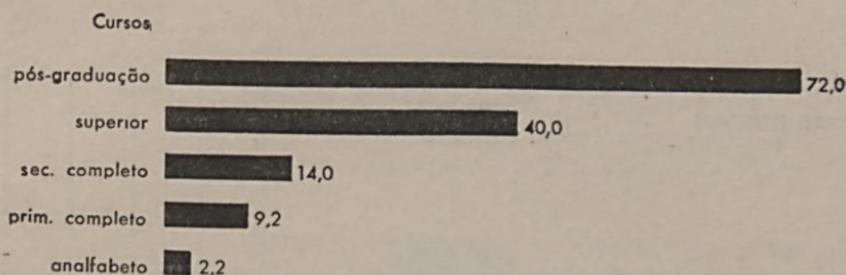
População total dependente da agricultura e área agrícola cultivada por pessoas dependente da agricultura

<i>Países</i>	<i>População dependente</i>	<i>Área — Ha/Hab.</i>
E. U. A.	14%	7,9
Canadá	16%	15,3
Argentina	30%	5,0
Chile	37%	2,1
Venezuela	48%	1,0
Colômbia	53%	0,6
Brasil	63%	0,5

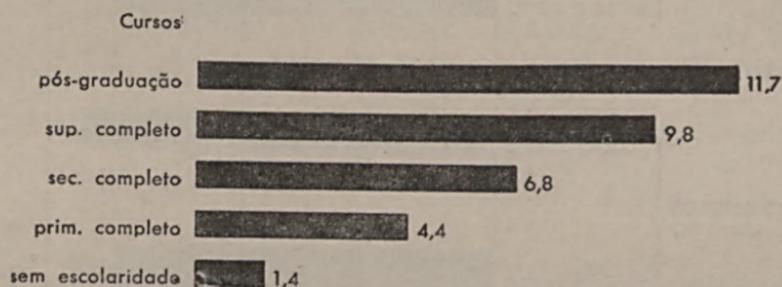
Documentário do CNE, Relatório.

SSN/MEC

RENDA SOCIAL GERADA NO PERÍODO DE VIDA ÚTIL PELAS CATEGORIAS DE ENSINO



SALÁRIOS RECEBIDOS NO PERÍODO DE VIDA ÚTIL SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE



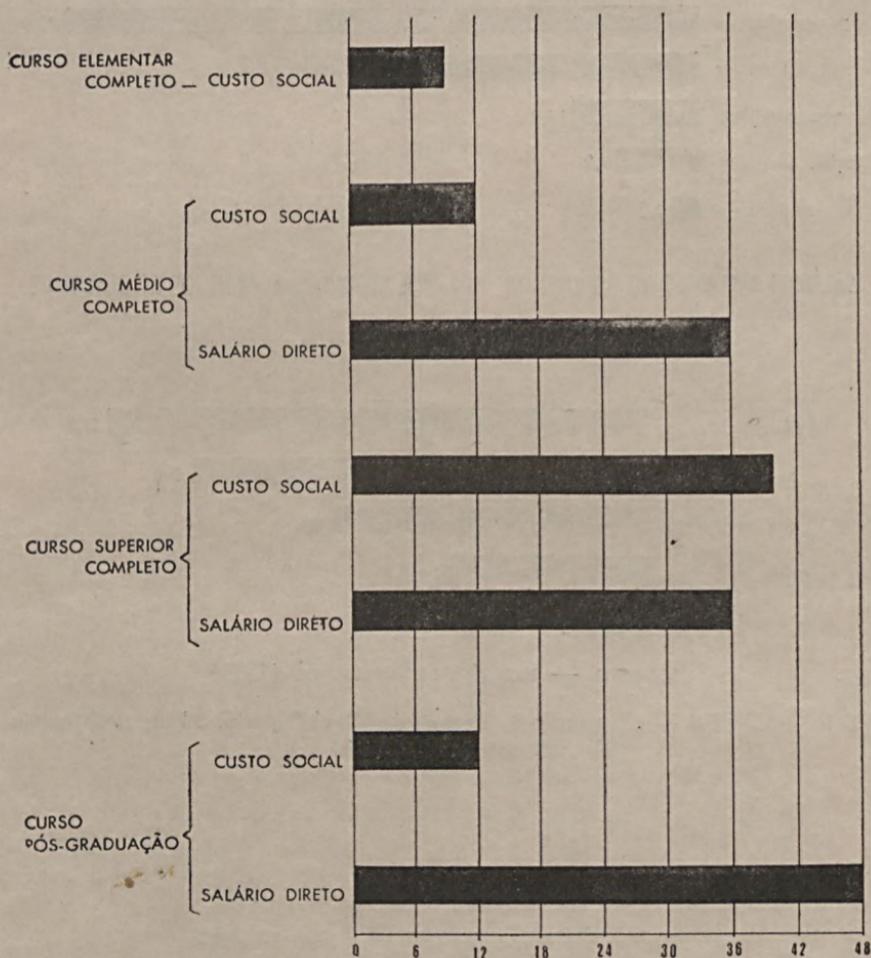
LEGENDA — MILHÕES DE CRUZEIROS (1959)

Fonte — CAPES — «Formação de Pessoal de Nível Superior e Desenvolvimento Econômico» — 1960

SSN/MEC

ANEXO 10

TEMPO DE RECUPERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR



ESCALA EM MESES.

Fontes — «Americal Sociological Review» — Juin — 1956, pg. 307 — Slick & Müller. CAPES — «Formação de Pessoal de Nível Superior e Desenvolvimento Econômico», 1960. Seminário do Ensino Superior, Chicago, jan. 1960.